



Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, e a União Catalana da Gestão do Conhecimento — Faculdade de Tecnologia e Negócios de Catalão (FATENC) visando à instalação de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na Comarca de Catalão.

À vista dos autos nº 202002000212797, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.292.266/0001-80, doravante denominado TRIBUNAL, neste ato representado por seu Presidente, brasileiro, casado, Desembargador Carlos Alberto França, magistrado, portador do RG nº 3117768 - DGPC/GO, residente e domiciliado em Goiânia/GO, e a UNIÃO CATALANA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO - FACULDADE DE TECNOLOGIA E NEGÓCIOS DE CATALÃO (FATENC) inscrita no CNPJ sob nº 10.750.756/0001-01, doravante denominada INSTITUIÇÃO, com sede na Av. Haide Evangelista da Rocha, nº 59, Bairro Santa Terezinha I, Catalão-GO, neste ato representada por seu Diretor Clausemir Batista de Paula, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 798.674.647-53, ajustam a celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, sob sujeição às normas da Lei nº 8.666/1993, no que couber, da Lei Estadual nº 17.928/2012, bem como da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e da Resolução nº 18/2011, da Corte Especial do TJGO, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:







CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a ação conjunta dos partícipes, dentro das respectivas esferas de competência, visando a instalação e operacionalização do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania instalado na Faculdade de Tecnologia e Negócios de Catalão (FATENC) com vistas a:

I – implementar e consolidar a política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, em consonância com a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 do Conselho Nacional de Justiça e Resolução nº 18, de 23 de novembro de 2011 da Corte Especial do Tribunal de Justiça;

II – reduzir a excessiva judicialização dos conflitos de interesses,
 a quantidade de recursos e de execução de sentenças, bem como possibilitar maior
 efetividade à entrega da prestação jurisdicional aos que acorrem ao Poder
 Judiciário;

 III – disseminar a cultura da conciliação, por intermédio de práticas voltadas a esse propósito, visando a propiciar maior rapidez na pacificação dos conflitos, com resultados sociais expressivos;

IV – somar esforços e meios para expandir o movimento pela conciliação e tornar efetivos os seus resultados, através de mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão.

Parágrafo Único. Integra este instrumento o Plano de Trabalho concernente à execução das finalidades descritas nesta cláusula.







CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

I - Incumbe ao Tribunal de Justiça

- a) instalar o CEJUSC da Comarca de Catalão, no espaço para tanto destinado;
- b) nomear o juiz para coordenação do CEJUSC e homologação dos acordos firmados na fase pré-processual, a fim de constituir título executivo judicial.
- c) disponibilizar o sistema de Processo Judicial Digital (PJD), bem como ofertar orientação técnica necessária;
- d) prestar apoio e orientação técnica, no desempenho das atividades de conciliação, inclusive através da realização de palestras;
- e) promover a realização de audiências de conciliação, orientando os servidores e ampliando o acesso à Justiça, à celeridade e à prestação jurisdicional;
- f) promover a capacitação dos conciliadores e mediadores que atuarão no CEJUSC CATALÃO.

II- Incumbe à INSTITUIÇÃO:

 a) participar do processo de disseminação da cultura da paz, fomentando a conciliação/mediação como método adequado de composição de litígio;







- b) disponibilizar espaço físico, instalações, equipamentos, mobiliário e material de consumo indispensáveis ao funcionamento do CEJUSC CATALÃO em suas dependências.
- c) disponibilizar profissionais com perfil apropriado para atuar nos trabalhos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a orientação do(a) Coordenador(a) do Núcleo;
- d) facilitar o acesso aos trabalhos conciliatórios e a participação conjunta de estudantes que estejam em condições de realizar estágio;
- e) colaborar com os trabalhos de escrivania, realizando atos de comunicação com as partes no que se fizer necessário ao processo de conciliação;
- f) contribuir com recursos tecnológicos para respaldar o processo de conciliação;
- h) disponibilizar um funcionário para exercer a função de Secretário com dedicação EXCLUSIVA, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Catalão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não implicará em repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

Será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura, a duração deste instrumento, que poderá ser prorrogado, se for de interesse dos partícipes.







CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica, mediante concordância dos partícipes, poderá a qualquer tempo, sofrer alterações por meio de aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas, salvo em relação ao seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência para a comunicação por escrito, sem que assista a qualquer dos partícipes direito a indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS GESTORES

Ficam designados como gestores do presente instrumento, pelo TRIBUNAL o Juiz Coordenador, em conjunto com o Coordenador Geral do Movimento pela Conciliação, e pela INSTITUIÇÃO o Diretor da Faculdade de Tecnologia e Negócios de Catalão (FATENC).

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes deste ajuste.







Assim, justos e combinados, os partícipes assinam o presente instrumento.

Goiânia/GO, datado e assinado digitalmente.

Desembargador Carlos Alberto França

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Clausemir Batista de Paula

Diretor da Faculdade de Tecnologia e Negócios de Catalão (FATENC)

Nº Processo PROAD: 202002000212797 Nº Processo PROAD: 202002000212797

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Nº Processo PROAD: 202002000212797

CARLOS ALBERTO FRANÇA PRESIDENTE PRESIDENCIA

Nº Processo PROAD: 202002000212797

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 391357111748 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Nº Processo PROAD: 202002000212797

CARLOS ALBERTO FRANÇA
PRESIDENTE
PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 15/03/2021 às 16:12



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 413703583480 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Nº Processo PROAD: 202002000212797

MATHEUS FERREIRA DA ROCHA

ANALISTA JUDICIÁRIO SECRETARIA EXECUTIVA DA DIRETORIA-GERAL - Controle de Contratos Assinatura CONFIRMADA em 26/05/2021 às 13:29

